



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

26/04/2014

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	2 - 4
2.2. PARCERIAS.....	5 - 8
2.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	10
3.2. DECISÕES.....	11
3.3. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
3.4. JUÍZES.....	14
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	15
4.2. JUÍZES.....	16
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. JUÍZES.....	17 - 18
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	19
6.2. COMARCAS.....	20
6.3. CURSOS.....	21
6.4. DECISÕES.....	22 - 23
6.5. DESEMBARGADORES.....	24
6.6. PARCERIAS.....	25
6.7. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	26
6.8. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	27 - 28

Nelma Sarney instala Central de Inquéritos de São Luís

Para dar maior agilidade ao processamento dos inquéritos policiais a serem encaminhados às 15 varas criminais da capital, foi instalada nesta sexta-feira (25), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a Central de Inquéritos de São Luís. A unidade tem competência para processar e decidir os inquéritos, seus incidentes e medidas cautelares, no prazo máximo de 48h, e somente serão encaminhados às varas após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

Ao instalar a central, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, disse que medida contribuirá com as ações de combate à criminalidade na capital e faz parte das atividades do Programa Integrado de Combate à Violência, desenvolvido em parceria pelos órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil

organizada.

"Em 2014, iniciamos a gestão enfrentando uma crise carcerária sem precedentes na história de nosso Estado, episódio que reforçou a necessidade de criação e instalação desta unidade, tão fundamental para o combate à violência que o comitê gestor da crise carcerária, coordenado pelo Governo do Estado e apoiado pelo Ministério da Justiça, estabeleceu como uma das ações prioritárias", afirmou a desembargadora.

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, destacou que a central foi reativada em razão da mobilização em favor da paz social e que a garantirá maior celeridade no andamento dos inquéritos que chegam ao Judiciário.

Composta por três juízes que apreciarão os incidentes e medidas cau-

telares referentes aos inquéritos, a central, segundo o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes, vai contribuir para desafogar as varas criminais, dando maior agilidade aos processos.

Para o magistrado Lúcio Antonio Machado Vale, que integra a nova unidade, será reduzido pela metade o tempo entre o recebimento do inquérito e a apreciação dos incidentes até o seu envio às varas. Na central serão atendidas as solicitações realizadas pelas autoridades policiais quando da necessidade de operações, a exemplo dos mandados de busca e apreensão, prisões e outras ações relacionadas ao trabalho de investigação.

Participaram da cerimônia de instalação da Central de Inquéritos o secretário de Segurança, Ricardo Murad; o secretário da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa; a delegada-geral de Polícia Civil, Cristina Meneses; o comandan-

te da Polícia Militar, coronel Zanoni Porto; os promotores de Justiça Reginaldo Carvalho e Cassius Chai, representando a Procuradoria Justiça e a Corregedoria do Ministério Público; os representantes da OAB-MA e da Associação dos Magistrados (AMMA), Erivelton Lago e Carlos Henrique Veloso. Presentes juízes, promotores, advogados, delegados e servidores do Judiciário.

Também participou da solenidade o deputado Edílazio Júnior, relator do projeto de Lei Complementar nº 10/2013, de autoria do TJMA, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do Maranhão, no último dia 12 de março, reativando a Central de Inquéritos. A proposta foi apresentada, em dezembro do ano passado, pela então corregedora eleita, Nelma Sarney, que justificou a necessidade do retorno da central ante o aumento da criminalidade na região metropolitana de São Luís.

Judiciário instala Central de Inquéritos no Fórum de São Luís

Geral 6

Central de Inquéritos de São Luís é instalada no Fórum

Representantes da área de Segurança Pública e do Judiciário prestigiaram, ontem, a instalação da Central de Inquéritos, no Fórum Desembargador Sarney Costa, que visa dar agilidade ao trabalho policial

A Central de Inquéritos de São Luís foi instalada ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, que dará maior agilidade ao andamento dos inquéritos policiais da capital. A expectativa é reduzir pela metade o tempo entre a instauração do inquérito e a ação penal. A solenidade de inauguração foi conduzida pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney. Também participaram da cerimônia a vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Anildes Cruz, representando a presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire; e o secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Murad.

A proposta que resultou na reativação da Central de Inquéritos de São Luís é de autoria da desembargadora Nelma Sarney.

A nova unidade foi criada pela Lei Complementar 163/2014 e tem a finalidade de dar mais agilidade ao andamento dos inquéritos policiais originados em São Luís, resultando em maior celeridade nos processos criminais. A central funcionará no 4º andar do Fórum e recebeu uma estrutura física totalmente nova.

“Desde setembro começamos esse trabalho de parceria, unindo diversas instituições para fortalecer o trabalho de combate ao crime. A instalação da Central de Inquéritos é mais um passo desse trabalho”, afirmou a desembargadora Nelma Sarney.

Com a instalação da central, o inquérito policial será distribuído

no órgão, que conta com três juízes auxiliares exclusivos. Eles cuidarão de todas as diligências necessárias para o andamento das investigações para somente após o encerramento e denúncia pelo MP ser distribuído para a vara responsável para que tenha início o processo judicial.

“Temos muitos inquéritos nas varas porque todo o trabalho, até chegar à ação penal, depende das diligências da polícia e Ministério Público. Com três juízes para trabalhar exclusivamente na Central, vamos agilizar esse processo”, informou o juiz Osmar Gomes, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa.

Tempo - O juiz Lúcio Antônio Machado Barros é um dos que atuarão na Central de Inquérito, aos quais caberá a apreciação dos incidentes e medidas cautelares referentes aos inquéritos. Para ele, a reativação da central é um ganho para toda a sociedade.

“Nossa expectativa é reduzir pela metade o tempo gasto com o inquérito policial e com isso desafogar as varas criminais de São Luís, melhorando a resposta da Justiça para a sociedade”, disse.

Também trabalharão na central os juízes Hélio Carvalho e Cândido José de Oliveira. São Luís tem nove varas criminais, sendo uma exclusiva para tratar de crimes cometidos contra a criança e o adolescente, quatro salões do júri e duas especializadas em crimes de uso e tráfico de entorpecentes.

“Agora teremos um processo

mais efetivo de combate ao crime, sobretudo ao crime organizado, já que esta central reúne as premissas das polícias (Militar e Civil), Ministério Público e da Justiça”, afirmou Ricardo Murad.

A Central de Inquéritos de São Luís foi instalada inicialmente em 1995 e reformulada em 2000. A unidade funcionou até o ano de 2011, sendo reativada ontem.

“É um avanço para o Judiciário do estado a reabertura da Central de Inquéritos, sobretudo porque ela foi reformulada para dar maior celeridade aos procedimentos necessários ao trabalho dos órgãos de investigação e, consequentemente, o julgamento da ação penal”, destacou.

Mais

A Central de Inquéritos é resultado do projeto de lei complementar nº. 10/2013, oriundo do Tribunal de Justiça. A ideia básica de ativação da unidade partiu do clamor da sociedade civil, de órgãos públicos e privados que, em 2013, instituíram o Programa Integrado de Combate à Violência para desenvolver ação na grande Ilha, com destaque para a região de São Luís. No ano passado, o Plenário do Tribunal de Justiça aprovou o projeto que seguiu para a Assembleia Legislativa, tendo aprovação em março deste ano. Após aprovação pelo Legislativo, cabia apenas a sanção pelo Governo do Estado para ser criada oficialmente a nova unidade, o que ocorreu no dia 1º deste mês.



Teremos agora um trabalho integrado graças ao entendimento e a conversa mais próximas entre as polícias, o Ministério Público e a Justiça, o que resultará em maior agilidade no combate ao crime”

Ricardo Murad,
secretário de Estado
de Segurança Pública

Fórum realiza mutirão para reconhecer paternidades

Foi realizada ontem mais uma edição do projeto Reconhecer é amar no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O mutirão de reconhecimento de paternidade voluntário ou por submissão ao exame de DNA aconteceu na 3ª e 4ª Varas da Família da Comarca de São Luís. Cerca de 14 audiências do tipo foram realizadas na manhã de ontem.

O projeto foi criado com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Reconhecer é amar é uma iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão e ocorre em São Luís e nas comarcas do interior do estado. Na capital, os mutirões de reconhecimento ocorrem na última sexta-feira de cada mês.

Na manhã de ontem, as audiências da 3ª Vara foram presididas pela juíza de Direito Joseane de Jesus Corrêa Bezerra. E na 4ª Vara, a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa presidiu as audiências com o auxílio do promotor Giorgionni de Matos Lauande.

Para os interessados em fazer o reconhecimento do filho ou indicar paternidade, o posto do "Reconhecer é amar" fica no 5º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa. A juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra explicou que os responsáveis legais

pela criança ou o próprio filho, desde que esse tenha pelo menos 18 anos, podem solicitar o reconhecimento.

"Podem buscar esse direito de reconhecimento: o responsável legal pela criança ou adolescente ou a pessoa que tenha mais de 18 anos. É preciso trazer os documentos pessoais, comprovante de residência e a indicação do suposto pai para marcamos a audiência. Mas se o pai também tiver vontade de vir, ele pode fazer isso. Hoje [ontem], tive um caso assim. O pai quis registrar a criança e a mãe não. Assim, ele indicou a mãe para fazer o reconhecimento", disse a juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra.

A juíza titular da 3ª Vara da Família de São Luís destacou ainda um dos objetivos do projeto: estreitar as relações entre pais e filhos. "Quando ainda são crianças e adolescentes, nós além de averbar o nome do pai no registro de nascimento, a gente regulamenta a convivência entre pai e filho para garantir a construção de afeto entre um pai e um filho", afirmou.

A juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, da 4ª Vara da Família, contou que presidiu sete audiências de reconhecimento não voluntários na manhã de ontem.



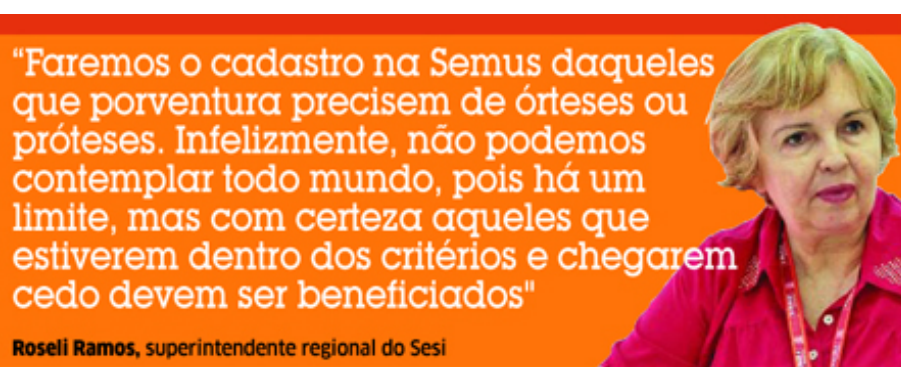
Secretário de Segurança, Ricardo Murad, discursa para representantes do Judiciário e gestores públicos

Ação Global terá mais de 150 serviços na UFMA

Com o apoio de 120 parceiros, o Ação Global será realizado hoje, no campus da UFMA. Serão oferecidos à comunidade mais de 150 serviços. **Cidades 1**



Campus do Bacanga está pronto para atender um público estimado de 40 mil pessoas hoje, no Ação Global



Ação Global acontece hoje, na UFMA

Evento, que é realizado em todo o Brasil, ofertará mais de 150 atendimentos na Universidade Federal do Maranhão, no Bacanga, de 8h às 17h, com apoio de 120 parceiros, nas áreas de saúde, beleza, educação, cultura e bem-estar social

Hoje o dia será voltado para o exercício da cidadania, com a realização da 21ª edição do Ação Global, evento realizado em todo o país pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), e que, em São Luís, conta com o apoio do Sistema Mirante. Das 8h às 17h, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - campus do Bacanga - será sede da maior ação de cidadania do país, com a oferta de mais de 150 atendimentos nas áreas de saúde, beleza, educação, cultura e bem estar social.

Este ano, o Ação Global conta com o apoio de 120 parceiros, entre eles estão a UFMA; Universidade Ceuma; as secretarias de Saúde do Estado (SES) e do Município (Semus); secretarias de Esporte Municipal (Semdel) e Estadual (Sedel); Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (Sema); Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc); a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e Defensoria Pública Estadual (DPE); o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a ouvidoria do Tribunal de Justiça (TJ); Ministério Público (MP); Polícia Militar (PM); Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e Ordem dos Advogados do Brasil Seção Maranhão (OAB/MA).

O tema Mulher volta a ser abordado este ano no Ação Global, ampliando as discussões do ano passado, pois são elas que compõem, pelo menos, 70% da audiência de todas as edições do evento. Segundo a superintendente regional do Sesi, Roseli Ramos, a expectativa é de que o evento receba em torno

de 40 mil pessoas, que poderão retirar as senhas para atendimento a partir das 7h, em todos os pontos onde devem ser ofertados os serviços. "Precisamos pensar que temos a capacidade de atender um número bem grande, mas é apenas um dia de evento, então há um limite", frisou a superintendente.

Serviços - Entre os serviços gratuitos que serão oferecidos estão os referentes à qualidade de vida, englobando atendimentos na área da saúde, como clínica médica, ginecologia, odontologia, oftalmologia, beleza, estética e cursos profissionalizantes. Os serviços de saúde estarão concentrados nos espaços do Colégio Universitário (Colun), HUZinho e unidades móveis. Aqueles que forem à procura de atendimento médico devem passar antes por uma triagem, que tem como objetivo encaminhar o cidadão para o atendimento adequado.

Uma unidade móvel do Viva Cidadão está desde quarta-feira, dia 23, na Cidade Universitária, realizando os serviços de atendimento à cidadania, como emissão de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e segunda via de Título de Eleitor, devendo estar à disposição do público até amanhã.

Faltando pouco mais de uma semana para o fim do prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral para que os eleitores regularizem a situação dos seus títulos, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) também participará do Ação Global,

prestando serviços de atendimento referentes ao recadastramento biométrico, alistamento, transferência de domicílio eleitoral e emissão de 2ª via e de certidões. A expectativa é que sejam atendidas 300 pessoas, mas, se a demanda de atendimentos for além do esperado, o Sesi deve disponibilizar transporte para os eleitores até o Fórum Eleitoral, na Madre Deus, cuja capacidade é para até 2 mil pessoas.

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão também participará da 21ª edição da Ação Global. Dentre os serviços, prestados por uma equipe de cerca de 60 servidores da Justiça e funcionários de cartórios, estão reconhecimento e indicação de paternidade, emissão da 1ª via do registro civil, orientações sobre serviços de cartório, orientação jurídica e atendimento a mulheres e crianças vítimas de violência.

Novidades - Entre as novidades deste ano está a realização do Mutirão Sem Barreiras, serviço voltado para o atendimento exclusivamente às pessoas com deficiência. O Mutirão contará com o apoio do Conselho das Pessoas com Deficiência, bem como a Semus, Semcas e Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), que emitirá as carteiras de Passe Livre para essas pessoas.

"Essa é uma novidade que só tem a beneficiar as pessoas com deficiência, qualquer que seja ela. Estamos contando com o apoio de vários parceiros, que devem auxiliar essas pessoas. Fa-

remos o cadastro na Semus, daqueles que por ventura precisem de órteses ou próteses. Infelizmente não podemos contemplar todo mundo, pois há um limite, mas com certeza aqueles que estiverem dentro dos critérios e chegarem cedo devem ser beneficiados", destacou Roseli Ramos.

A participação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (Crea) é outra novidade da Ação Global deste ano. Durante todo o evento a equipe da Assessoria Técnica do órgão vai fazer o cadastramento de famílias carentes que queiram fazer reforma ou ampliação de suas casas.

Na 21ª edição do Ação Global serão feitas, ainda, inscrições para o casamento comunitário. O serviço é oferecido pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e, para se inscrever, os noivos devem levar a carteira de identidade e o comprovante de residência. Além disso, é exigida - para os solteiros - a certidão de nascimento; para os divorciados, a certidão de casamento com averbação do divórcio original; e para os viúvos, a certidão de casamento e certidão de óbito do cônjuge, ambas originais.

Biaman Prado

150

é a estimativa
de serviços
prestados no
Ação Global

120

parceiros
participam da
edição deste ano

2 mil

voluntários
participarão
desta edição

40 mil

é a estimativa
de público



Estrutura para o Ação Global está pronta e durante todo o dia serão ofertados serviços à população

Mais

Uma parceria entre a Rede Globo e o Sesi, o Ação Global foi criado há 21 anos. Desde a realização da primeira edição, o projeto se voltou para a promoção da inclusão social e da cidadania. No ano passado, a edição

nacional contou com 32 mil voluntários e realizou mais de 1,5 milhões de atendimentos pelo país. Em São Luís, a edição anterior realizou 69,9 mil atendimentos, contando com a colaboração de 2.700 voluntários.

Anticrise I

O Tribunal de Justiça tem agora um Gabinete de Crise - rede institucional formada por representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Defesa Civil.

O objetivo: enfrentar e criar soluções em casos de calamidades ou desastres ambientais em todo o território maranhense.

A proposta partiu do coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, juiz Márlon Reis, e atende a recomendação CNJ.

Anticrise II

Márlon Reis justifica a criação do Gabinete de Crise lembrando a crescente instabilidade do clima global.

- O Poder Judiciário, em algumas circunstâncias, tem a necessidade de decidir, emergencialmente, sobre o destino das pessoas e bens afetados por catástrofes climáticas - assinalou.

Exemplificou: "Família atingidas e corpos sem sepultura, além do controle de funcionamento das atividades de cartórios extrajudiciais".

SÃO LUÍS

Nelma Sarney instala Central de Inquéritos

Para dar maior agilidade ao processamento dos inquéritos policiais a serem encaminhados às 15 varas criminais da capital, foi instalada nesta sexta-feira (25), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a Central de Inquéritos de São Luís. A unidade tem competência para processar e decidir os inquéritos, seus incidentes e medidas cautelares, no prazo máximo de 48h, e somente serão encaminhados às varas após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

Ao instalar a central, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, disse que medida contribuirá com as ações de combate à criminalidade na capital e faz parte das atividades do Programa Integrado de Combate à Violência, desenvolvido em parceria pelos órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil organizada.

"Em 2014, iniciamos a gestão enfrentando uma crise carcerária sem precedentes na história de nosso Estado, episódio que reforçou a necessidade de criação e instalação desta unidade, tão fundamental para o combate à violência que o comitê gestor da crise carcerária, coordenado pelo Governo do Estado e apoiado pelo Ministério da Justiça, estabeleceu como uma das ações prioritárias", afirmou a desembargadora.

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, destacou que a central foi reativada em razão da mobilização em favor da paz social e que a garantirá maior celeridade no andamento dos inquéritos que chegam ao Judiciário.

Composta por três juízes que apreciarão os incidentes e medidas cautelares referentes aos inquéritos, a central, se-



A unidade tem competência para processar e decidir os inquéritos

gundo o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes, vai contribuir para desafogar as varas criminais, dando maior agilidade aos processos.

Para o magistrado Lúcio Antonio Machado Vale, que integra a nova unidade, será reduzido pela metade o tempo entre o recebimento do inqué-

rito e a apreciação dos incidentes até o seu envio às varas. Na central serão atendidas as solicitações realizadas pelas autoridades policiais quando da necessidade de operações, a exemplo dos mandados de busca e apreensão, prisões e outras ações relacionadas ao trabalho de investigação.

CONDENAÇÃO

O ex-presidente da Câmara de Vereadores de Timon, Porfiro Gomes da Costa Filho, foi condenado a três anos de reclusão e um ano de detenção e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.205,22 (cinco mil, duzentos e cinco reais e vinte e dois centavos), por crimes previstos na Lei de Licitações (8.666/93) e no Código Penal, cometidos no exercício do cargo. Por preencher os requisitos legais, a decisão da 2ª Câmara Criminal do TJMA substituiu as penas privativas de liberdade do gestor por prestação de serviços à comunidade. Porfiro Filho havia sido absolvido das acusações do Ministério Público Estadual (MP) no juízo da 1ª Vara de Timon. O MP recorreu ao TJMA, acusando o ex-vereador de ter dispensado indevidamente procedimento licitatório e ordenado despesas não autorizadas em lei, durante o exercício financeiro de 2006.

PLANTÃO TJMA

O desembargador Jaime Araújo responde pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (27), de acordo com a Portaria nº 226/2014. Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas de 2º grau são Jaciara Monteiro Santos e Mayco Murilo Pinheiro, que podem ser encontrados no (98) 8844-9049. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

LICITAÇÕES IRREGULARES

O desembargador José Luiz Almeida, relator do recurso, reformou a sentença que absolveu o gestor, por entender que a contratação de vários produtos ou serviços com dispensa de licitação refletiu a intenção e escolha do acusado em causar prejuízo ao erário. Porfiro Filho teria contratado sem processo licitatório serviços e produtos como assessorias jurídica (R\$ 32.850,00), contábil (R\$ 18.317,25) e parlamentar (R\$ 57.150,00); aquisição de combustível (R\$ 100.343,10); locação de veículos (R\$ 17.070,00); manutenção de computadores (R\$ 10.500,00) e compra de material de expediente (R\$ 24.030,45). O ex-vereador também foi condenado por extrapolar o limite constitucional para gastos com pessoal no exercício de 2006 - que é de 70% - quando a folha de pagamento da Câmara de Vereadores teria correspondido a 82,65% da receita municipal, incluindo repasses constitucionais.

IGARAPÉ GRANDE

Juiz condena ex-prefeitos por improbidade administrativa

Em sentenças assinadas na última quarta-feira, 23, o titular da Comarca de Igarapé Grande, juiz Marcelo Moraes Rego de Souza condenou os ex-prefeitos do município Edvaldo Lopes Galvão e Geames Macedo Ribeiro, e de Bernardo do Mearim (termo judiciário) Mariano Diva da Costa Neto e Izalmir Vi-eira da Silva pelo crime de improbidade administrativa representado pela contratação de servidor sem concurso público.

Com a condenação, todos os ex-prefeitos devem ressarcir os danos ao erário municipal correspondente ao valor dispendido pelo ente público durante o prazo da contratação ilegal do servidor. Diz o juiz: "após o trânsito em julgado da sentença, o Município será oficiado para calcular quanto foi pago a cada servidor". Marcelo destaca ainda que o ressarcimento ao erário é de natureza imprescritível.

À exceção de Mariano Diva (por haver transcorrido mais de cinco anos entre a propositura da ação e o fim do mandato), todos os ex-prefeitos foram condenados também a 05 (cinco) anos de suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil no valor de 15 (quinze) vezes o valor da última remuneração recebida como prefeito municipal e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

As sentenças atendem a ações civis públicas por ato de improbidade administrativa propostas pelo Ministério Público contra os ex-gestores dos municípios de Igarapé Grande e Bernardo do Mearim.

Excepcional interesse público - Nas palavras do titular da

comarca, os requeridos (ex-gestores) confirmaram as contratações dos servidores sem concurso público, argumentando o amparo das leis municipais que autorizam a contratação temporária de pessoal. "Sucedem que a CF, em seu artigo 37, inciso II, estabelece a inserção no serviço público, como regra, através de concurso público, sendo a contratação temporária uma exceção, desde que houvesse necessidade de excepcional interesse público", diz o juiz. Referindo-se às contratações em Igarapé Grande, Marcelo Moraes Rego destaca ainda que os cargos ocupados pelos servidores contratados pelos ex-gestores não possuíam caráter temporário (motorista, cozinheiro, lixeiro, etc., exemplifica), "além de inexistir razoabilidade na manutenção destas pessoas por anos seguidos, sem que a administração pública realizasse concurso público durante as gestões dos ex-prefeitos". E acrescenta: "mesmo ato de improbidade ocorreu na cidade de Bernardo do Mearim".

Conclui o magistrado: "reconheceu-se, assim, o dolo em contratar e manter referidas contratações irregulares, pois tinham plena e total consciência de que não agiam com a impessoalidade e a moralidade exigidas para o caso, além de alheios aos princípios da constitucionalidade e da legalidade".

"Transitada em julgado a sentença, inscreva-se no Cadastro Nacional Cível de Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ, e oficie-se ao TER/MA e procuradorias municipal, estadual e da União, informando sobre a condenação", consta das sentenças.

Segundo Marcelo Moraes Rego de Souza tramitam na comarca vários outros processos de improbidade administrativa contra os mesmos réus.



Juiz Marcelo Moraes Rego

3 Para dar maior agilidade ao processamento dos inquéritos policiais a serem encaminhados às 15 varas criminais da capital, a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, instalou ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a Central de Inquéritos de São Luís. A ordem é resolver os inquéritos e seus incidentes no menor tempo possível.



Senta, levanta

Não demorou 48 horas, a presença da vice-prefeita de Bom Jardim, Malrinete Gralhado, no cargo, após o afastamento de titular, Lidiane Rocha. A Câmara de Vereadores cassou o mandato da prefeita, mas ontem ela obteve liminar do juiz Raul Goulart Júnior a reconduzindo à chefia do município. A cassação foi a tom de caixa, sem o direito ao contraditório, conforme escreve o juiz em sua decisão.

Acusado vai a júri popular em Senador La Roque

Na próxima terça-feira (29), senta no banco do réu Esmilton da Silva Santos, conhecido como 'Chapolin', acusado de tentativa de homicídio contra Maria Francisca da Conceição Pinto. O crime aconteceu por volta das 11h do dia 24 de agosto de 2012. Na época, o réu, utilizando-se de um pedaço de madeira, desferiu golpes na cabeça da vítima. Segundo o processo, Maria Francisca teria sido abordada por Esmilton no momento em que deixava a residência, ocasião em que o réu teria golpeado a vítima sem justificativas e sem possibilitar à mesma qualquer meio de defesa. Com o impacto da pancada, Maria Francisca teria caído ao chão. Socorrida por vizinhos, a vítima foi levada ao Hospital Municipal de Imperatriz. O agressor foi preso em flagrante no mesmo dia do crime, tendo a prisão relaxada após audiência de instrução e julgamento, a pedido da defesa. A sessão do Júri Popular da próxima terça-feira (29) será a primeira do ano na Comarca de Senador La Roque. O júri será presidido pelo titular da comarca, juiz Paulo Vital Souto, e realizado na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na rua Chaves, Centro.

Operação da Polícia Civil prende quadrilha envolvida com tráfico, roubo e receptação

Os policiais cumpriram sete dos nove mandados de prisões e oito de buscas e apreensões

Uma operação da Polícia Civil, sob o comando do delegado regional Assis Ramos, denominada de 'Operação Mercado Livre', prendeu quadrilha envolvida com tráfico de droga, roubo e receptação. A operação foi iniciada ainda na noite da última quinta-feira (24) e terminada na manhã dessa sexta-feira (25).

Foram cumpridos sete mandados de prisões e oito de buscas e apreensões, decretadas pela juíza titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Janaína Araújo de Carvalho.

As investigações duraram 180 dias, com levantamentos feitos pelo Serviço de Inteligência da Polícia Civil e Investigadores da Delegacia de Entorpecentes, com total apoio da Delegacia Regional.

Foram presos João Paulo dos Santos Silva, Iurlanes Costa Ferreira, Fredson Cruz Sousa, Vicente de Paula de Sousa Filho, Leis Oliveira dos Santos, Jornildo Silva Timóteo e Leandro Oliveira dos Santos.

Segundo informações do delegado Assis Ramos, Fredson Cruz Sousa, ex-policial militar do Pará e atualmente taxista na Praça de Fátima, é considerado o chefe do bando. Vicente de Paula Sousa Filho, proprietário da Metal Joias, localizada na Rua Sousa Lima, entre as avenidas Getúlio Vargas e Dorgival Pinheiro de Sousa, é acusado de receptar objetos roubados da quadrilha, principalmente peças em ouro.

"O objetivo principal deles é justamente o tráfico de drogas, foi o que ensejou essa operação. Mas no decorrer das investigações foi ventilado o nome do Vicente, que compra as joias roubadas pela quadrilha e foi solicitada a prisão dele



João Paulo, Iurlanes, Fredson, Vicente de Paula, Leis e Leandro se encontram à disposição da Justiça

também", disse o delegado regional Assis Ramos.

Outros três jovens que se encontravam na residência de João Paulo foram conduzidos. Um deles, identificado por William da Silva Santos, 18 anos, foi alvejado com um tiro no braço direito pelos policiais por ter reagido no momento da abordagem na casa onde se encontrava.

O delegado Assis Ramos informou que dos que ainda faltam ser presos, um é policial militar da ativa e do Serviço de Inteligência da Polícia Militar. Esse policial deverá se apresentar.

Os acusados, todos com mandados de prisão decretados, foram conduzidos à Delegacia Regional, onde se encontram à disposição da Justiça. Nas buscas feitas, foram apreendidos dinheiro, documentos, munições, joias e até uma granada.

Nelma Sarney instala Central de Inquéritos na capital maranhense

GERALDO FURTADO

Para dar maior agilidade ao processamento dos inquéritos policiais a serem encaminhados às 15 varas criminais da capital, foi instalada ontem (25), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a Central de Inquéritos de São Luís. A unidade tem competência para processar e decidir os inquéritos, seus incidentes e medidas cautelares, no prazo máximo de 48h, e somente serão encaminhados às varas após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

Ao instalar a central, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, disse que medida contribuirá com as ações de combate à criminalidade na capital e faz parte das atividades do Programa Integrado de Combate à Violência, desenvolvido em parceria pelos órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil organizada.

"Em 2014, iniciamos a gestão enfrentando uma crise carcerária sem precedentes na história de nosso Estado, episódio que reforçou a necessidade de criação e instalação desta unidade, tão fundamental para o combate à violência que o comitê gestor da crise carcerária, coordenado pelo Governo do Esta-



NELMA SARNEY ressaltou que a Central é o resultado de um esforço conjunto de todos os poderes

do e apoiado pelo Ministério a Justiça, estabeleceu como uma das ações prioritárias", afirmou a desembargadora.

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, destacou que a central foi reativada em razão da mobilização em favor da paz social e que a garantirá maior celeridade no andamento dos inquéritos que chegam ao Judiciário.

Composta por três juízes que apreciarão os incidentes e medidas cautelares referentes aos inquéritos, a central, segundo o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes, vai contribuir para desafogar as varas crimi-

nais, dando maior agilidade aos processos.

Para o magistrado Lúcio Antonio Machado Vale, que integra a nova unidade, será reduzido pela metade o tempo entre o recebimento do inquérito e a apreciação dos incidentes até o seu envio às varas. Na central serão atendidas as solicitações realizadas pelas autoridades policiais quando da necessidade de operações, a exemplo dos mandados de busca e apreensão, prisões e outras ações relacionadas ao trabalho de investigação.

Participaram da cerimônia de instalação da Central de In-

quéritos o secretário de Segurança, Ricardo Murad; o secretário da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa; a delegada-geral de Polícia Civil, Cristina Meneses; o comandante da Polícia Militar, coronel Zanoni Porto; os promotores de Justiça Reginaldo Carvalho e Cassius Chai, representando a Procuradoria Justiça e a Corregedoria do Ministério Público; os representantes da OAB-MA e da Associação dos Magistrados (AMMA), Erikelton Lago e Carlos Henrique Veloso. Presentes juízes, promotores, advogados, delegados e servidores do Judiciário.

Também participou da solenidade o deputado Edilázio Júnior, relator do projeto de Lei Complementar nº 10/2013, de autoria do TJMA, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do Maranhão, no último dia 12 de março, reativando a Central de Inquéritos. A proposta foi apresentada, em dezembro do ano passado, pela então corregedora eleita, Nelma Sarney, que justificou a necessidade do retorno da central ante o aumento da criminalidade na região metropolitana de São Luís.

BACABAL

Réu foragido é condenado a 22 anos de prisão por homicídio de policial militar

O Tribunal do Júri da Comarca de Bacabal condenou, nesta quarta-feira (23), o réu Danilo de Souza Araújo a 22 anos de reclusão pelo assassinato do policial militar Edivaldo Carvalho de Oliveira. O crime foi cometido em 2010, no município de Paulo Ramos. A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

O Conselho de Sentença acolheu a tese do Ministério Público, condenando o acusado pela prática do crime de homicídio qualificado por motivo fútil e pela utilização de meio cruel. Danilo de Souza Araújo está foragido desde 28 de abril de 2013.

Defendeu a tese do MPMA a promotora de Justiça Klycia Luiza Castro de Menezes. A sentença foi

proferida pelo juiz Joscelmo Sousa Gomes. Atuou na defesa do réu o advogado Bento Vieira.

O processo, originário da Comarca de Paulo Ramos, foi desafiado para a Comarca de Bacabal, pelo Tribunal de Justiça, a pedido do Ministério Público, como forma de garantir a imparcialidade dos jurados, uma vez que o acusado é parente do prefeito daquela cidade, Tancledo Lima Araújo (PV).

Outra razão para o deslocamento foi o clamor público, pois a vítima era um policial militar bem querido por toda a comunidade de Paulo Ramos.

Danilo Araújo tinha na época do crime 18 anos. Ele vitimou o cabo da PM, na madrugada do dia 7 de novembro de 2010, acompanhado de um adolescente de 16 anos, utilizando-se de uma espécie de caibro ou "perna manca".

O crime ocorreu na Rua Eloi Silva, nas proximidades do posto de combustíveis Gadelha, onde o condenado desferiu várias pauladas na cabeça de Edivaldo, causando sua morte imediata. (Ascom / MPMA)

- Encerrado, ontem, o treinamento sobre compras e contratação públicas, promovido pelo Poder Judiciário, por meio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).
- Participaram do evento servidores do Tribunal de Justiça com atuação na área de contratos, licitação, controle interno e execução orçamentária.

Ex-presidente de Câmara condenado a três anos de prisão no MA

PÁGINA 6 [C1]

TIMON

Ex-vereador é condenado por crime de lesão ao erário

Porfiro Gomes da Costa Filho, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Timon (a 434 quilômetros de São Luís), foi condenado a três anos de reclusão e um ano de detenção e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.205,22 (cinco mil, duzentos e cinco reais e vinte e dois centavos), por crimes previstos na Lei de Licitações (8.666/93) e no Código Penal, cometidos no exercício do cargo. Por preencher os requisitos legais, a decisão da 2ª Câmara Criminal do TJMA substituiu as penas privativas de liberdade do gestor por prestação de serviços à comunidade.

Porfiro Filho havia sido absol-

vido das acusações do Ministério Público Estadual (MP) no juízo da 1ª Vara de Timon. O MP recorreu ao TJMA, acusando o ex-vereador de ter dispensado indevidamente procedimento licitatório e ordenado despesas não autorizadas em lei, durante o exercício financeiro de 2006.

O desembargador José Luiz Almeida, relator do recurso, reformou a sentença que absolveu o gestor, por entender que a contratação de vários produtos ou serviços com dispensa de licitação refletiu a intenção e escolha do acusado em causar prejuízo ao erário.

Porfiro Filho teria contratado sem processo licitatório serviços e produtos como assessorias jurídicas (R\$ 32.850,00), contábil (R\$ 18.317,25) e parlamentar (R\$ 57.150,00); aquisição de combustível (R\$ 100.343,10); locação de veículos (R\$ 17.070,00); manutenção de computadores (R\$ 10.500,00) e compra de material de expediente (R\$ 24.030,45).

“A quantidade de contratações irregulares deixa claro que o apelado, na condição de gestor público e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Timon, efetivamente, causou lesão ao erário, com dispêndio de vultuosas

quantias em aquisições de produtos e serviços onde não houve uma prévia análise das propostas mais vantajosas à Administração Pública”, justificou o magistrado, aplicando multa de 2% em cima dos valores dos contratos irregulares.

O ex-vereador também foi condenado por extrapolar o limite constitucional para gastos com pessoal no exercício de 2006 – que é de 70% – quando a folha de pagamento da Câmara de Vereadores teria correspondido a 82,65% da receita municipal, incluindo repasses constitucionais. (Processo 561802013) (Ascom / TJMA)

Desembargador Jaime Araújo permanece no plantão até domingo

O desembargador Jaime Araújo responde pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (27), de acordo com a Portaria nº 226/2014. Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Jaciara Monteiro Santos e Mayco Murilo Pinheiro, que podem ser encontrados no (98) 8844-9049. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

« «

- A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão participará da edição 2014 da Ação Global, projeto social desenvolvido pela parceria Sesi e Rede Globo, que este ano acontece no dia 26 de abril, das 08h às 17h, no Centro Pedagógico Paulo Freire, da Universidade Federal do Maranhão (Avenida dos Portugueses, Bacanga).

« «

- Dentre os serviços, prestados por uma equipe de cerca de 60 servidores da Justiça e funcionários de cartórios, estão reconhecimento e indicação de paternidade, emissão da 1ª via do registro civil, orientações sobre serviços de cartório, orientação jurídica, atendimento a mulheres e crianças vítimas de violência e inscrição para casamento comunitário do Município de São Luís.

Gabinete de Crise julgará processos que envolvam casos de calamidade e desastre ambiental no MA

O Tribunal de Justiça aprovou resolução que cria o Gabinete de Crise – rede institucional formada por representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Defesa Civil – com o objetivo de enfrentar e criar soluções em casos de calamidades ou desastres ambientais em todo o território maranhense. A proposta foi encaminhada pelo coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, juiz Márlon Reis, e atende à Recomendação nº 40 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A iniciativa, segundo o magistrado, considera a crescente instabilidade do clima global que vem gerando consequências desastrosas dos fenômenos naturais. “O Poder Judiciário, em algumas circunstâncias, tem a necessidade de decidir, emergencialmente, sobre o destino das pessoas e bens afetados por catástrofes climáticas, especialmente crianças e adolescentes de família atingidas e corpos sem sepultura, além do controle de funcionamento das atividades de cartórios extrajudiciais”, explica.

Propaganda de Roseana Sarney sofre revés na Justiça

INFORME JP – PÁGINA 3 [C1]

Informe JP

Propaganda proibida

Em caráter liminar, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Carlos Henrique Veloso, proibiu a divulgação, em cadeia de rádio e televisão, de propaganda do Governo do Estado que utiliza recursos subliminares para transmitir mensagem de cunho eleitoral.

Veloso considerou abusivas as propagandas do governo Roseana Sarney e concedeu a antecipação da tutela numa ação em que os deputados Domingos Dutra e Rubens Júnior acusam o Governo do Estado de desrespeitar a lei.

Ao conceder a liminar, o juiz classificou a propaganda do Governo Roseana como 'repleta de proselitismo político'. Carlos Veloso argumentou que ultrapassa qualquer limite da impessoalidade nas ações do Governo do Estado o uso de termos como 'continue com a gente'.

Os deputados responsáveis pela ação popular ainda questionam a contratação da TV Mirante, alegando que a governadora contrata sua própria empresa; ou seja, paga de um lado do balcão e recebe do outro lado, "usando o dinheiro do estado para lucros pessoais". A questão, no entanto, ainda será analisada em um processo mais longo.